

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**ANA KARLA DE SOUSA SILVA**

**JORNALISMO ALTERNATIVO E SAÚDE EM FOCO: ANÁLISE DA  
DISCURSIVIDADE DAS NOTÍCIAS DO INSTAGRAM IMPERATRIZ ONLINE**

Imperatriz  
2023

**ANA KARLA DE SOUSA SILVA**

**JORNALISMO ALTERNATIVO E SAÚDE EM FOCO: ANÁLISE DA  
DISCURSIVIDADE DAS NOTÍCIAS DO INSTAGRAM IMPERATRIZ ONLINE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal do Maranhão como requisito básico para a obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Federal do Maranhão.

ORIENTADOR: Prof.<sup>a</sup>. Camila Rodrigues Viana.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

DE SOUSA SILVA, ANA KARLA.

JORNALISMO ALTERNATIVO E SAÚDE EM FOCO: : ANÁLISE DA  
DISCURSIVIDADE DAS NOTÍCIAS DO INSTAGRAM IMPERATRIZ ONLINE  
/ ANA KARLA DE SOUSA SILVA. - 2023.

65 p.

Orientador(a): CAMILA RODRIGUES VIANA.

Monografia (Graduação) - Curso de Comunicação Social -  
Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão, IMPERATRIZ,  
2023.

1. Análise. 2. Discurso Jornalístico. 3. Mídia  
Social. 4. Saúde Pública. I. RODRIGUES VIANA, CAMILA.  
II. Título.

**ANA KARLA DE SOUSA SILVA**

**JORNALISMO ALTERNATIVO E SAÚDE EM FOCO: ANÁLISE DA  
DISCURSIVIDADE DAS NOTÍCIAS DO INSTAGRAM IMPERATRIZ ONLINE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na  
Universidade Federal do Maranhão como requisito  
básico para a obtenção do grau de bacharel em  
Comunicação Social – Jornalismo, pela  
Universidade Federal do Maranhão.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Camila Rodrigues Viana (Orientador)**

---

**Prof. <sup>o</sup> Me. Carlos Alberto Claudino Silva (1<sup>o</sup> Examinador)**  
Mestre em Políticas Públicas – PPGPP/UFMA

---

**Prof.<sup>a</sup> Marta Thaís Alencar Cosme (2<sup>o</sup> Examinador)**

Dedico este trabalho a Deus, por existir em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha amada família por todo amor e incentivo, bem como a todos os professores que dedicaram suas vidas ao ensino de qualidade, especialmente àqueles que despertaram em mim o interesse pelo conhecimento e capacitação, fonte de inspiração ao contínuo saber.

À minha erudita orientadora, Prof.<sup>a</sup> Camila Rodrigues Viana, minha estrutura para prosseguir na construção e desenvolvimento deste trabalho. Obrigada pela ajuda, paciência e, especialmente, por acreditar em mim.

Agora, a história continua, com mais esta etapa concluída.

Muito Obrigada!

*“Existem dias em que o jornalismo registra fatos que, no futuro serão contados nos livros e serão guardados por gerações. Nesses dias, o que o jornalismo faz é escrever a história.”*

*Fátima Bernardes*

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como finalidade analisar o discurso jornalístico da página de notícias do Instagram Imperatriz *Online*, nas publicações que tratam sobre a saúde pública municipal, tendo como período de análise as notícias publicadas no primeiro semestre de 2023. Logo, este estudo tem como objetivo geral analisar a discursividade das notícias do Imperatriz *Online*, estabelecendo, para tanto, como objetivos específicos: identificar os conceitos fundamentais que norteiam a análise de discurso; descrever a contextualização histórica e social do direito à saúde e, por fim, refletir sobre o papel do jornalismo alternativo na cidade de Imperatriz. Os caminhos da pesquisa foram em torno da pesquisa qualitativa, do tipo documental e exploratória, tendo como o método o emprego da técnica da análise de conteúdo, com o objetivo de compreender o processo de construção de sentidos e seus efeitos na modulação da verdade nas matérias jornalísticas. Quanto às concepções da análise do discurso, a monografia se fundamenta em Foucault, Brandão e Fernandes. Os resultados obtidos proporcionaram identificar o processo de construção do discurso jornalístico na mídia independente e a mobilização que ela exerce na formação da opinião pública, possibilitando que os anseios e mazelas sociais ganham destaque e notoriedade nas pautas jornalísticas.

**Palavras-chave:** Saúde Pública. Mídia Social. Análise. Discurso Jornalístico.

## **ABSTRACT**

The purpose of this course conclusion work is to analyze the journalistic discourse of the Imperatriz Online Instagram news page, in publications that deal with municipal public health, with the period of analysis being news published in the first half of 2023. Therefore, this The study's general objective is to analyze the discursivity of Imperatriz Online news, establishing, for this purpose, the following specific objectives: identifying the fundamental concepts that guide discourse analysis; describe the historical and social contextualization of the right to health and, finally, reflect on the role of alternative journalism in the city of Imperatriz. The research paths were based on qualitative, documentary and exploratory research, using the content analysis technique as the method, with the aim of understanding the process of constructing meanings and their effects on the modulation of truth in matters. journalistic. Regarding the concepts of discourse analysis, the monograph is based on Foucault, Brandão and Fernandes. The results obtained made it possible to identify the process of construction of journalistic discourse in independent media and the mobilization it exerts in the formation of public opinion, enabling social concerns and ills to gain prominence and notoriety in journalistic agendas.

**Keywords:** Public Health. Social Media. Analysis. Journalistic Discourse.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Período das Publicações na página Imperatriz <i>Online</i> .....	35
--	----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Publicação 21 de Março de 2023.....	34
Figura 2 – Publicação do dia 02 de Janeiro de 2023.....	39
Figura 3 – Publicação do dia 05 de Janeiro de 2023.....	41
Figura 4 – Publicação do dia 07 de Janeiro de 2023.....	42
Figura 5 – Publicação do dia 11 de Janeiro de 2023.....	44
Figura 6 – Publicação do dia 18 de Janeiro de 2023.....	45
Figura 7 – Publicação do dia 18 de Janeiro de 2023.....	46
Figura 8 – Publicação do dia 20 de Janeiro de 2023.....	47
Figura 9 – Publicação do dia 09 de Fevereiro de 2023.....	48
Figura 10 – Publicação do dia 03 de Março de 2023.....	50
Figura 11 – Publicação do dia 05 de Abril de 2023.....	51
Figura 12 – Publicação do dia 18 de Abril de 2023.....	52
Figura 13 – Publicação do dia 19 de Fevereiro de 2023.....	53
Figura 14 – Publicação do dia 18 de Maio de 2023.....	54
Figura 15 – Publicação do dia 19 de Maio de 2023.....	55
Figura 16 – Publicação do dia 1º de Maio de 2023.....	57
Figura 17 – Publicação do dia 27 de Janeiro de 2023.....	58
Figura 18 – Publicação do dia 18 de Junho de 2023.....	59
Figura 19 – Publicação do dia 23 de Maio de 2023.....	60

## LISTA DE SIGLAS

AD	Análise do Discurso
HMI	Hospital Municipal de Imperatriz
OMS	Organização Mundial de Saúde
SEMUS	Secretaria Municipal de Saúde
TI	Tecnologia da Informação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 CONCEPÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO</b> .....	<b>15</b>
1.1 Formação Discursiva .....	16
1.2 Heterogeneidade do discurso .....	18
1.3 Efeitos de Sentido .....	19
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA</b> .....	<b>21</b>
2.1 Saúde: conceito e atribuições sociojurídicas .....	21
2.2 O dever constitucional do Estado em assegurar a saúde .....	30
<b>3 ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES SOBRE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL NA PÁGINA DO INSTAGRAM IMPERATRIZ <i>ONLINE</i></b> .....	<b>32</b>
3.1 Procedimentos Metodológicos.....	32
3.2 Considerações acerca das mídias digitais de veiculação de notícias	36
3.3 Resultados e discussões .....	39
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a comunicação social e a divulgação de conteúdos jornalísticos e informações passaram por profundas transformações, fomentadas, sobretudo, pela globalização, os avanços tecnológicos e o surgimento da internet, diversificando as formas de acesso à informação, assim como possibilitando uma interação participativa entre interlocutor e receptor.

É evidente que essas transformações refletem, de alguma forma, na produção e na circulação de notícias, principalmente com a expansão das redes sociais, de modo que é importante compreender como o modelo de jornalismo digital influencia na produção e divulgação da notícia/informação na formação do discurso e como ocorre o processo de modulação do efeito da verdade para o leitor.

Neste contexto, este estudo tem o objetivo de analisar a construção do discurso jornalístico nas publicações sobre saúde pública municipal veiculadas no período de janeiro a junho de 2023 na página de notícias do Instagram Imperatriz Online, de modo que a problemática deste estudo repousa no seguinte questionamento: De que forma ocorre a prática discursiva do jornalismo alternativo no meio digital?

A escolha por este tema justifica-se na evidente e avassaladora expansão e consolidação das mídias digitais como instrumentos de circulação e propagação de notícias, dinamizando o acesso à informação e à comunicação, de modo que é de suma importância observar e discutir os impactos dos ambientes digitais na forma de interação com o receptor da informação.

E, no tocante à temática da saúde pública, esta justifica-se por trata-se de direito fundamental, cuja eficácia depende da implementação de políticas públicas para sua concretização (*facere* estatal). No entanto, a inércia estatal e/ou a precariedade dos serviços públicos ofertados refletem o déficit governamental na promoção e preservação destes direitos, realidade vivenciada pela população imperatrizense nos últimos meses.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral analisar a discursividade das notícias do Imperatriz Online, estabelecendo, para tanto, como objetivos específicos: identificar os conceitos fundamentais que norteiam a análise de discurso; descrever a contextualização histórica e social do direito à saúde e, por fim, refletir sobre o papel do jornalismo alternativo na cidade de Imperatriz.

Para tanto, quanto aos procedimentos metodológicos empregados na construção deste estudo, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, sendo do tipo documental e exploratória. O tratamento e a interpretação dos dados e informações coletadas foram submetidos ao método da análise de conteúdo.

Para o primeiro capítulo, faz-se uma revisão bibliográfica da análise do discurso (AD) a partir dos autores Helena Nagamine Brandão, Michel Foucault e Cleudemar Alves Fernandes. Apresentando-se os conceitos de discurso, formação discursiva, da heterogeneidade do discurso, levando-se em conta índices delimitadores da localização do próprio enunciado, também chamados de discursos diretos e indiretos.

No segundo capítulo serão apresentadas as concepções socioculturais e jurídicas sobre o direito à saúde. Os conceitos e teorias apresentadas são resultantes da análise e estudos de autores como Ieda Tatiana Cury, Suely Dallari, Aristóteles, Hipócrates, dentre outros.

Por fim, no terceiro e último capítulo serão feitas as análises de conteúdo das publicações sobre saúde pública na página do Instagram Imperatriz *Online*, em que foi possível refletir sobre as convergências e divergências das informações veiculadas, por meio da heterogeneidade discursiva e os efeitos de sentido empregados nas publicações, pois apesar de o Imperatriz *Online* buscar aparente neutralidade e imparcialidade, tentando mostrar os dois lados da história, o discurso jornalístico é construído de modo a respaldar às denúncias apresentadas pela sociedade, moldando a opinião pública neste sentido.

## 1 CONCEPÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO

A análise do discurso é uma vertente da linguística e da comunicação especializada direcionada para o estudo e compreensão do uso das línguas naturais, particularmente a maneira como ocorrem as construções ideológicas em um texto. Diante desta perspectiva e pautado nos autores Helena Nagamine Brandão, Michel Foucault e Cleudemar Alves Fernandes, este capítulo abordará os conceitos de discurso, formação discursiva, da heterogeneidade do discurso, levando-se em conta índices delimitadores da localização do próprio enunciado, também chamados de discursos diretos e indiretos.

Neste contexto, a análise de discurso tem a finalidade de compreender o liame subjetivo presente no discurso, isto é, apresentar uma compreensão do texto que transcenda a parte linguística, e permeia na análise das ideologias, a partir da explicação dos contextos e sentidos sócio-históricos reproduzidos no texto (SOUSA, 2004).

Discurso não é a língua, nem texto, nem a fala, mas que necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. (FERNANDES, 2007, p. 18)

Desta forma, Brandão (2012, p. 103) afirma que: “A análise do discurso volta-se para o ‘exterior’ linguístico, procurando apreender como no linguístico inscrevem-se as condições sócio históricas de produção”.

As vivências intersociais moldam a percepção da sociedade e a forma de comunicação, assim, a análise do discurso volta-se para os aspectos subjetivos que compõem o discurso, isto é, as conotações socioculturais, jurídicas, políticas, históricas, ideológicas e/ou econômicas presentes na informação transmitida, ou seja, o que o texto quer dizer?

Diante disso, a análise de discurso é bastante empregada no exame crítico do conteúdo jornalístico de notícias em jornais e revistas, sobretudo as que apresentam uma abordagem crítica e/ou reflexiva sobre algum assunto socialmente relevante, haja vista o poder da mídia na formação da opinião popular (SOUSA, 2004).

Segundo leciona Brandão (2012), o discurso e a análise de discurso são conceitos correlatos, mas não sinônimos, pois o discurso é composto por elementos linguísticos e extralinguísticos, no entanto, a análise do discurso é voltada para os elementos extralinguísticos, pois estuda a intencionalidade, os efeitos pretendidos pelo interlocutor em quem recebe a mensagem.

O conteúdo de comunicação é interessante não só por ele mesmo, mas como um indicador da existência de diversas outras forças subjacentes. Estudar o conteúdo nos auxilia a inferir sobre fenômenos que estão menos abertos e visíveis: as pessoas e organizações que produzem conteúdo. Nós podemos perceber, por exemplo, quais demandas dos consumidores dão origem a determinados conteúdos, assim como quais configurações organizacionais e culturais contribuem para sua produção. (SHOEMAKER, 1996, p. 27).

Observa-se, pelo exposto, a importância da compreensão, da análise dos conteúdos produzidos e veiculados na imprensa tradicional e na imprensa independente, bem como na identificação dos sentidos presentes nas informações produzidas, haja vista o poder de impacto que os meios de comunicação exercem na formação da opinião popular.

Isto porque, embora prevalece o entendimento do princípio jornalístico da imparcialidade, não se pode esquecer que na atual conjuntura social, a informação é uma mercadoria, cuja comercialização é definida pelos fatores da globalização, do fortalecimento do sistema capitalista e, sobretudo, da dinamização das relações socioeconômicas e predominância das tecnologias da informação e as relações de poder no mundo globalizado.

Assim, enquanto a atividade jornalística objetiva a produção de informação, os veículos de comunicação têm como finalidade transmitir informação, bem como a divulgação de material publicitário (propaganda) e formar opinião de acordo com as suas visões editoriais.

### **1.1 Formação Discursiva**

A formação discursiva é um operador teórico e analítico muito importante na análise do discurso e que pela própria história de constituição do conceito, foi motivo de muitos debates e questionamentos.

Segundo leciona Brandão (2012), para Foucault, a grande problemática era estabelecer as regularidades, os sistemas de dispersão que fazem com que haja regiões de sentido e como os sentidos se repartem em determinadas regiões, assim, quando há a capacidade de descrever o sistema de dispersão se fala em formação discursiva.

Neste contexto, Foucault defendia a utilização deste termo para evitar termos inadequados ou muito marcados, cheios de causas e consequências, consciência, teoria e/ou ideologia.

Isto porque Foucault não isola as diferentes áreas de pensamento e, no discurso, inexistem variantes históricas. Para ele, o objeto e, conseqüentemente, a materialidade do discurso estão sempre sob condições muito específicas de tempo e espaço.

Para Foucault, a condição do discurso é pautada em quatro fundamentos basilares: 1º) a inscrição radicalmente da história nas coisas ditas; 2º) a condição do discurso como prática; 3º) a materialidade dos enunciados; e 4º) a luta travada na constituição dos sujeitos.

A formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência. (FOUCAULT, 1969, p. 135)

Na visão de Foucault, o discurso não é apenas um conjunto de signos, mas práticas que formam sistematicamente os objetos em análise. Assim, a análise do discurso na linha de Foucault tem a finalidade de chegar à complexidade das práticas discursivas e não discursivas no interior dos quais se formam o objeto analisado.

(...) certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p. 56).

Dessa forma, pode se observar que em toda a obra de Foucault há uma predominância para se tratar a problematização dos discursos, dos dizeres e dos

vários modos de constituição do sujeito, bem como as relações de poder sempre vão permear os estudos dos trabalhos de Foucault.

Neste sentido, a compreensão da formação discursiva é um dos fundamentos para a análise do discurso, haja vista que é ela que determina a mensagem a ser transmitida pelo interlocutor, estabelecendo as relações ideológicas do que pode, deve e não pode ser dito no discurso, pois “os sentidos das palavras são adquiridos ou determinados através da ideologia na qual se insere o sujeito” (BRANDÃO, 2012, p. 26).

Desta forma, Brandão conceitua a formação discursiva como “um sistema de dispersão que se define em sua relação paradoxal com outras formações do discurso que a atravessam trazendo o outro (a alteridade) para seu interior, o mesmo” (BRANDÃO, 2012, p. 26).

As relações discursivas não são internas ao discurso, não são ligações que existem entre os conceitos e as palavras, frases ou proposições; mas também não lhe são igualmente externas, não são «circunstâncias» exteriores que fariam pressão sobre o discurso; pelo contrário, elas determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder discorrer sobre certos objetos, para poder trabalhar, nomear, analisar, classificar, explicar, etc. (LECOURT, 1980, p. 91)

Assim, a formação discursiva é uma ferramenta teórica e analítica que norteiam a construção dos sentidos do discurso e, é através da análise discursiva que se pode compreender como a linguagem e a ideologia se articulam e se afetam reciprocamente.

## **1.2 Heterogeneidade do discurso**

A ideia de heterogeneidade do discurso parte da noção que o interlocutor não constrói um discurso para si, mas para dialogar com outros interlocutores que possuem seus próprios discursos, assim, por meio de existem os instrumentos linguísticos (índices) utilizados para delimitar cada interlocutor dentro do discurso.

Esses índices podem aparecer no discurso de duas formas: “marcadas e não marcadas”. Didaticamente, Brandão exemplifica os índices que marcam a delimitação de cada interlocutor no discurso:

(...) índices formais do discurso direto (verbo dizer + dois pontos); no indireto (os conectivos que ou se + mudança nos tempos verbais e formas pronominais); nas expressões (segundo, conforme, do ponto de vista de, etc). Esses marcam mais explicitamente a alteridade. (BRANDÃO, 2012, p. 36.)

Da mesma forma, Brandão exemplifica os índices que manifestam a diferenciação de interlocutores “não marcada”:

(...) sinalizadas de forma sutil, com algum sinal que denuncie a fala (aspas, parênteses, itálico, negrito ou expressões de outra língua: cozer o macarrão al dente); o uso de gírias; jargões técnicos em discursos que essas expressões entram como corpo estranho; formas de metalinguagem, de ajuste de palavra. Essas remetem a uma alteridade enunciativa, sinalizando um sentido especial ou outro sentido, conotando na voz de um enunciador outro. O falante utiliza-se de recursos que intervêm na linearidade da cadeia enunciativa, visando à construção de uma identidade discursiva que lhe seja própria. (BRANDÃO, 2012, pp. 36-37.)

Pelo exposto, observa-se que o discurso não é homogêneo, uma vez que o interlocutor sobre a interferência de outros discursos, pois, na cadeia discursiva, emergem outras vozes que nela se inscrevem. Assim, portanto, afirmar que todo discurso é heterogêneo.

### **1.3 Efeitos de Sentido**

Os efeitos de sentido é um dos conceitos mais importantes dentro do método da análise de discurso, haja vista que é o resultado de uma construção ideológica reproduzida no discurso. Isto porque o discurso é a reprodução de ideias e, tais ideias são mutáveis, uma vez que são o produto do contexto sociocultural, político e social.

Neste contexto, se extrai a compreensão dos efeitos do sentido, pois cada discurso passa por um processo de resignificação, moldando-se aos diversos fatores que influenciam a intencionalidade do interlocutor, bem como a interpretação do receptor.

Segundo Fernandes (2007, p. 22) leciona: “uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam”. Desta forma, para a análise do discurso, os efeitos do sentido é o

processo de interpretação inconsciente, pautada nas vivências, crenças e conhecimento do interlocutor e do receptor do discurso.

Assim, determinado texto pode ter uma pluralidade de sentidos, pois, ao analisar a exteriorização do discurso, deve levar em consideração as condições sócio-históricas que as envolvem na produção, bem como as condições sociais e existenciais do receptor para, desta forma, compreender o processo de significação do texto.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA

Dando continuidade ao estudo da análise de conteúdo nas notícias veiculadas na página do Imperatriz *Online* sobre a saúde pública municipal de Imperatriz, nesta seção pretende-se discorrer sobre as nuances sociais e jurídicas do acesso à saúde pública.

Neste contexto, a finalidade deste capítulo é apresentar a relevância de manter a sociedade em geral informada das temáticas, fatos, acontecimentos ligados à saúde pública, apresentar o porquê de a saúde ser uma notícia, para que no capítulo final, possa ser explicado como vem ocorrendo a construção do discurso jornalístico nestas notícias.

Inicialmente, ao construir uma notícia voltada à saúde pública, é importante compreender que a mesma permeia na seara dos Direitos Sociais, em que se exige do Estado uma ação positiva constante para sua efetivação, sendo, portanto, um direito de natureza prestacional.

Neste sentido, Yeda Tatiana Cury (2005, p. 25) afirma que “os direitos sociais surgiram da tentativa de mitigar as desigualdades sociais, assumindo, o Estado, a responsabilidade de promover o mínimo necessário à sobrevivência dos indivíduos no mundo civilizado”.

Desta forma, o Estado não dispõe da faculdade de abster-se de promover a concretização deste direito, de modo que é garantido aos tutelados o direito de exigir a garantia do exercício do direito à saúde.

A partir destas breves ponderações introdutórias, as subseções seguintes abordam de forma mais aprofundada sobre o enquadramento constitucional da saúde com um direito fundamental, bem como os desdobramentos sociojurídicos perante o Estado.

### 2.1 Saúde: conceito e atribuições sociojurídicas

Desde o início das primeiras civilizações, a Medicina sempre foi um objeto de estudo do homem, como instrumento de conservação e perpetuação da vida humana. Isto porque a saúde mental e física é indissociável para a preservação da vida, de

modo que, na atualidade, tornou-se um bem atribuído de notável valor social, científico e jurídico. Mais do que um dever governamental, a saúde é um direito fundamental do homem, indispensável para a garantia da dignidade humana e bem-estar social.

Na cultura dos povos primitivos, caracterizada pelo misticismo e irracionalidade para explicar os fenômenos naturais, as doenças eram atribuídas à manifestação de divindades e a cura também era associada ao sobrenatural, de modo que era corrente a prática de rituais com sacrifícios de sangue, por exemplo.

Já na Antiguidade, grandes filósofos gregos buscavam delimitar um conceito para o termo saúde, bem como apresentar sua correlação com as demais áreas do saber. Segundo Hipócrates (1839), considerado por muitos estudiosos o maior médico da Grécia Antiga, “a saúde consistia no equilíbrio entre influências ambientais, formas de viver e vários componentes da natureza, numa clara percepção da inter-relação de corpo, mente e meio ambiente”.

Os estudos desenvolvidos por Hipócrates no século V a.C. eram bastante inovadores e avançados para a época, sobretudo por se distanciar de explicações místicas e religiosas para as causas das doenças, a partir da análise da correlação de fatores naturais na saúde humana. Sua relevância para o desenvolvimento das ciências medicinais é enorme, de modo que o médico grego é intitulado como o “pai da Medicina”.

Para Aristóteles (1998), a saúde transcende uma mera necessidade física, pois, ontologicamente, é um pressuposto imprescindível para a plenitude da alma humana e o alcance da felicidade.

Na Roma Antiga, igualmente havia uma preocupação com a saúde dos romanos, não se limitando aos estudos realizados pelos médicos e estudiosos da época. Nesse sentido, frisa-se que foram instituídas normas de natureza sanitária, para a garantia da higienização de locais públicos e a qualidade dos alimentos. Além disso, os romanos foram proeminentes na realização de obras sanitárias, visando assegurar a saúde pública.

Entretanto, o período da Idade Média é sombrio e obscuro em diversos aspectos sociais que, infelizmente, refletiram de maneira extremamente negativa na saúde da população medieval. Isto porque este período histórico foi marcado pela forte influência política, econômica, jurídica e social da Igreja, que associava qualquer ato contrário aos dogmas religiosos à prática de um pecado e heresia.

Neste contexto, as pesquisas sobre saúde tornaram-se muito escassas e de pouca utilidade, principalmente porque muitas doenças eram vistas como manifestações malignas, submetendo os enfermos a horrendos e desumanos rituais de exorcismos. Além disso, o conhecimento científico tornou-se restrito aos membros da Igreja, cujas descobertas científicas ficaram enclausuradas nas bibliotecas dos mosteiros.

Caracterizando um declínio das relações e estruturas medievais, no século XIII, três países europeus destacaram-se pelo surgimento de escolas de Medicina, a saber: Itália, com escolas na cidade de Palermo e Bolonha; Inglaterra, com uma escola em Oxford; e a França, onde o ensino médico era lecionado na cidade de Sorbonne. Nestes lugares foram desenvolvidos notáveis estudos sobre as doenças e as enfermidades da época, que ganharam destaque com o início da Era Moderna, no século XVI.

Neste contexto, Eleonor Conill (2003) afirma que o início da Idade Moderna é um importante marco histórico para os diversos acontecimentos políticos, sociais, jurídicos e econômicos, impulsionando o avanço das ciências, a racionalidade dos estudos e a valorização do homem frente ao Estado.

Na área da saúde, o movimento iluminista, bem como o Renascimento proporcionou a desmistificação das doenças como manifestações malignas e como consequência da prática de um pecado, pois estes eram dogmas anteriormente difundidos pela Igreja no período medieval. Aliás, aos poucos a Igreja foi perdendo seus poderes políticos e jurídicos, sobretudo como reflexo da queda de diversos regimes monárquicos absolutistas.

Os estudos da medicina tornaram mais precisos e racionais, tendo como o corpo humano o principal objeto de estudo. A dissecação de cadáveres passou a ser uma técnica muito utilizada para o estudo e a interpretação não apenas da anatomia humana, mas para compreensão multicausal das doenças e, principalmente, como curá-las.

Outro ponto relevante consiste nas ideias de René Descartes (1952), que desenvolveu importantes estudos sobre a saúde mental. Em um período pré-Revolução Industrial, isto é, século XVII, com o estágio embrionário dos avanços das máquinas, Descartes afirmava que o corpo humano era uma máquina, cujo funcionamento era realizado em três fases inter-relacionadas.

Inicialmente, o corpo deveria ser compreendido como um instrumento, uma máquina, caracterizando a fase do mecanicismo; a segunda fase é a dos instintos, consistindo no funcionamento do corpo humano através dos impulsos naturais e automáticos; a última fase é a mental que, segundo Descartes, é a responsável por criar e determinar os instintos e estes serem executados pelos órgãos (instrumentos) do corpo humano. Neste contexto, o filósofo francês salientava que não bastava apenas a conservação da máquina (saúde física) para que ela funcionasse perfeitamente, pois a mente também necessitava de cuidados (DESCARTES, 1952).

Séculos depois, Sigmund Freud apresentava um entendimento similar ao de René Descartes. Para Freud, as doenças e as enfermidades estavam associadas à própria deficiência do corpo humano, haja vista que a saúde era o reflexo de uma atuação conjunta e harmônica entre o corpo e a mente, e a quebra destes elos resultaria em graves consequências internas no próprio corpo (FREUD, 1969).

Embora os estudos da medicina tenham se intensificado e apresentado grandes avanços, a realidade social mostrava que a massa populacional vivia em situações precárias e condições insalubres, suscetíveis a diversas doenças. Isto porque a Revolução Industrial inglesa do século XVIII, que se espalhou pelo mundo no século seguinte, provocou o crescimento desordenado dos centros urbanos, de modo que os trabalhadores viviam sem nenhuma infraestrutura sanitária e, agravando a situação, ainda eram submetidos a excessivas jornadas de trabalho e desprotegidos para instrumentalização do maquinário industrial.

Segundo Friedrich Engels (1986), a saúde da população europeia nos séculos XVIII e XIX era resultado das condições habitacionais, da jornada e do ambiente de trabalho, associados à inércia estatal na implantação de políticas públicas para atender estas problemáticas sociais.

Feito este breve relato histórico, frisa-se que determinar o conceito de saúde é uma tarefa complexa, haja vista a subjetividade e a profundidade que envolvem sua concepção semântica. Etimologicamente, o termo saúde tem sua origem no vocábulo latino *salute*, que denota “conservação da vida”.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde consiste em um “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou de enfermidade” e que acrescenta que:

Gozar de melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica e social. A saúde de todos os povos é essencial para conseguir a paz e a segurança e depende da mais estreita cooperação dos indivíduos e dos Estados. (OMS, 1946)

Observa-se que o conceito apresentado pela OMS demonstra que a compreensão do que é saúde não está condicionado apenas à inexistência de doenças e patologias, pois busca demonstrar, mesmo que de forma simples e objetiva, que a saúde humana se encontra associada a outros fatores sociais, que interferem no bem-estar e na qualidade de vida da população. A definição para o termo requer uma abordagem subjetiva de todos os elementos que possuem alguma importância na saúde social (COELHO, 2002).

Esta nova realidade em que a saúde humana está associada à qualidade de vida, fatores econômicos e sociais, bem como nas interações e nos relacionamentos humanos iniciou-se no período pós-guerra, a partir do reconhecimento internacional da necessidade de proteger o homem e sua dignidade (DALLARI, 1988).

A saúde é elevada ao *status* de direito fundamental de natureza social, cuja ineficácia fere a dignidade humana, colocando em risco os elementos legitimadores do Estado moderno. Assim, não pode o ente estatal se manter inerte na concretização deste direito, devendo constantemente implantar mecanismos de garantia do direito à saúde a todos os seus tutelados.

Epistemologicamente, a carência para uma conceituação subjetiva para saúde resulta da abordagem científica empregada nas áreas da medicina e farmacologia que, desde os estudos realizados na Grécia Antiga, sempre compreenderam a saúde como algo pré-condicionado a ausência de doenças, patologias e correlatos. Desta forma, os estudos científicos preocupavam-se na análise teórica e instrumental sobre o corpo humano do que em determinar um conceito mais específico para a saúde.

Neste contexto, vale mencionar que os avanços científicos e a consequente fragmentação do estudo sobre o corpo humano, dando origem a diversas vertentes médicas, fez com que a saúde não fosse mais compreendida de forma uníssona, isto é, cada especialidade médica preocupa-se com as peculiaridades da sua área de conhecimento e as patologias a ela associadas. Todavia, a partir da efervescência dos ideais humanitários e sociais após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a saúde *lato sensu* voltou a ser objeto científico, principalmente no âmbito das ciências sociais.

Isto porque a saúde humana e seu antônimo, a doença, não caracterizam um mero fenômeno biológico, vez que sofrem interferências externas ao corpo humano. As dinâmicas inter-relacionais entre o homem e o ambiente, bem como os fatores políticos, culturais e econômicos são pressupostos para manutenção da normalidade biopsicológica.

Neste contexto, não é apenas a saúde que deve ser conceituada levando em consideração aspectos socioeconômicos e ambientais, mas a doença/patologia também. Sendo assim, hodiernamente, a doença é compreendida como:

Um sinal estatisticamente relevante e precocemente calculável, de alterações do equilíbrio homem-ambiente, induzidas pelas transformações produtivas, territoriais, demográficas e culturais, incontroláveis nas suas consequências, além de sofrimento individual e de desvio de uma normalidade biológica ou social. (OPAS, 2004)

Logo, a abordagem contemporânea que fundamenta a prestação do direito à saúde não pode levar em consideração exclusivamente aspectos biológicos, pois a saúde física e mental do homem sofre ingerências do meio socioeconômico, cultural e familiar em que o indivíduo está inserido. Neste contexto, a saúde humana resulta de um processo simbiótico entre o homem e o seu corpo, assim como entre o homem e o ambiente que o cerca.

Esta realidade ultrapassa a concepção arcaica e simplória da saúde ser compreendida meramente como um sinônimo para ausência de doenças, reconhecendo, assim, que mesmo sendo um fenômeno biológico, a saúde sobre a influência das relações individuais e coletivas entre o homem e o meio social a sua volta (BERLINGUER, 1987).

Sendo assim, a atuação dos Poderes Legislativo e Executivo não se limita a implantação de políticas para prestação de serviços médicos, tratamento de doenças, fornecimento de medicamentos e correlatos, de modo que é necessária uma abordagem subjetiva das dinâmicas sociais nos campos da economia, política, infraestrutura sanitária, educação, mercado de trabalho e cultura, que possuam influência direta na qualidade de vida e no bem-estar social, sobretudo nos índices de saúde da população.

Neste contexto, rompe-se a concepção meramente curativa de doenças como única finalidade das políticas públicas na área da saúde. Esta mudança de paradigma já se encontra estruturada nos sistemas de saúde de países da Europa ocidental,

Canadá e dos Estados Unidos, por exemplo, mas, em países da América Latina, como o Brasil, ainda persiste um modelo assistencialista caracterizado pela pouca efetividade na prestação de serviços médicos e má gestão dos recursos públicos. Isto porque ainda existe uma preocupação exacerbada na saúde curativa, ocorrendo, inevitavelmente, o descaso com a saúde preventiva (MENDES, 1996).

A saúde preventiva parte desta nova concepção humanitária da saúde pública como um fenômeno biopsicossocial, resultando das condições que cercam o indivíduo e a coletividade. Uma população saudável não significa apenas a ausência de doenças, mas a disposição de condições sanitárias mínimas, segurança no ambiente de trabalho, educação ambiental, higienização pública, dentre outros aspectos.

Esta nova percepção sobre as práticas e políticas públicas na área da saúde remodelaram a obrigação do Estado na efetividade deste importante direito fundamental. A ideia de prestação de serviços de saúde gradativamente vem sendo substituída pelo conceito de promoção da saúde, emergindo a concepção social da saúde como reflexo das condições de vida de cada indivíduo.

O conceito tradicional de ações voltadas meramente para o tratamento e a cura das doenças paralelamente passa a ser associado à análise e discussões das relações sociais e na qualidade de vida da população. Apesar de ser uma temática que vem ganhando ênfase somente nas últimas décadas, a ideia de promoção da saúde já havia sido apresentada no século XIX, por estudiosos da medicina como Virchow, Villermée e Chadwick (LEAVELL; CLARK, 1976).

Os países que decidiram investir na medicina preventiva nas três últimas décadas perceberam que os principais problemas de saúde da população tinham raízes em demandas de cunho sociopolítico, econômico, cultural e/ou familiar, necessitando aperfeiçoar os gastos públicos com efeitos práticos. Estudos realizados demonstraram que o enfrentamento de doenças teria resultados mais positivos quando associado com a implantação de políticas que promovessem a interação social, higienização ambiental, infraestrutura sanitária nos bairros carentes, dentre outras situações (BUSS, 2010).

Conforme já mencionado, infelizmente, nos países da América Latina, como o Brasil, ainda persiste a adoção do modelo tradicional da saúde pública, voltado para a medicina curativa, resultado da má gestão dos recursos públicos, estruturas governamentais corruptas e o aumento das distorções sociais.

O investimento nos sistemas de saúde através da dualista prevenção-cura, pautado na implantação de medidas para a melhoria das condições de vida da população, bem-estar social e enfrentamento das desigualdades sociais são reflexos de um processo característico em países que adotam um modelo econômico neoliberal, haja vista que a concepção de promoção da saúde é sustentada em dois pilares: autodeterminação individual e coletiva, assim como na legitimação dos diferentes grupos sociais (CARVALHO, 1996).

Esta perspectiva de autodeterminação individual e coletiva pressupõe o entendimento de mínima intervenção estatal na vida cotidiana dos seus tutelados, cuja responsabilidade estaria ligada tão-somente na disponibilização de meios eficazes e práticos de concretização dos direitos e garantias fundamentais (CASTELLANOS, 1997).

Neste contexto, as obrigações do Estado passaram a adotar uma metodologia progressista, a partir da implantação de um panorama interdisciplinar. Isto porque a promoção da saúde transcende a prestação de serviços especificamente das áreas da saúde, mas incorpora outros campos de atuação governamental.

Assim, as políticas públicas de promoção da saúde consistem em diversos serviços voltados para a melhoria na qualidade de vida e no bem-estar social. Uma vez que a população dispõe de condições sanitárias, psicológicas, sociais e econômicas para uma vida digna, esta possui a aptidão de tomar conta de si mesma (CARVALHO, 1996).

Observa-se, desta forma, que embora tenha a natureza jurídica de direito fundamental, o direito à saúde não se limita à garantia de acesso aos serviços de tratamento médico quando houver necessidade (caso de doenças, acidentes, deficiências, patologias e correlatos). As atribuições da efetividade deste importante direito social estão correlacionadas com a existência humana e as condições de vida. Logo, o direito à saúde assegura sanidade física, mental e social, interligados a prestação de outros serviços sociais, como educação, meio ambiente equilibrado, moradia, trabalho, previdência social, cultura e esporte, entre outros (MAGALHÃES, 2008).

Ademais, esta nova temática implica em uma ação conjunta entre o Estado, o cidadão individualmente considerado e a sociedade em geral para efetivação prática do direito à saúde. Primariamente, ao Estado cabe a organização ativa e direta das ações governamentais, objetivando o interesse público. As políticas públicas são,

portanto, os instrumentos utilizados pela máquina estatal para executar as ações de governo, seja através da prestação de serviços públicos, seja por meio do controle e/ou delegação de atividades de outros agentes políticos e econômicos (SCHNEIDER, 2005).

Na área da saúde, o planejamento e a execução das políticas públicas predispõem uma gestão corporativa, que saiba inter-relacionar a medicina curativa e a medicina preventiva, sendo que esta última se fundamenta em fatores de outros campos sociais, econômicos e culturais, levando em conta que a promoção da saúde significa condições saudáveis e dignas de moradia, lazer, trabalho, educação, alimentação para o indivíduo e a coletividade.

Embora a realidade socialmente vivenciada no sistema de saúde brasileiro ainda esteja fundamentada na medicina curativa, a Constituição Federal de 1988 adota uma postura progressista no tocante ao direito fundamental à saúde, ao prevê que, *in verbis*:

Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988)

Logo, observa-se que o redator constituinte buscou privilegiar a concepção contemporânea da promoção da saúde, como resultado da análise e estudo dos fatores sociais, culturais, econômicos, ambientais, educacionais e de infraestrutura sanitária que possuem alguma interferência na qualidade de vida e no bem-estar social e individual.

É evidente que a propagação de doenças ou surto epidêmicos pode ser minimizada ou até mesmo evitada quando a população dispõe de condições socialmente dignas de vivência, de modo que ao Estado compete à efetividade do direito à saúde por meio de políticas econômicas e sociais, além dos serviços específicos das áreas da medicina.

## 2.2 O dever constitucional do Estado em assegurar a saúde

Diante do referencial teórico explanado até o presente momento, observa-se que o acesso ao direito à saúde encontra-se interligado a uma questão de cidadania, elemento característico dos regimes democráticos contemporâneos. Assim, a efetivação de direitos sociais transcende ao mero dever do Estado em assegurar a concretização dos direitos fundamentais expressos na norma constitucional, mas constitui um elemento de legitimidade do próprio Estado democrático.

O texto constitucional brasileiro de 1988 é primoroso em elencar um vasto rol de direitos e garantias fundamentais, consolidando a dignidade humana como um dos fundamentos da República brasileira e ainda assume um compromisso em erradicar as desigualdades sociais, a partir da construção de uma sociedade justa e solidária.

No entanto, a realidade demonstra que apenas uma pequena parcela da população pode usufruir todas as suas qualidades de cidadão, com plenas condições de acesso a todos os direitos e garantias fundamentais, contrapondo-se a massa populacional que carece de serviços essenciais de qualidade, como educação, saúde e moradia, vivendo em situações insalubre e/ou de quase miséria. Como afirmar que neste ambiente político e social a democracia está consolidada se cotidianamente milhares de pessoas têm seus direitos fundamentais desrespeitados?

É evidente, portanto, que a efetivação dos direitos fundamentais ultrapassa a concepção de mero dever estatal, mas é um fundamento de legitimidade do Estado Democrático de Direito e um pressuposto para o exercício da cidadania. E, nesse ponto, abordando o assunto central deste trabalho, infelizmente a prestação de serviços de saúde é extremamente precária na cidade de Imperatriz/MA.

O direito à saúde é imprescindível para a concretização dos pilares da dignidade da pessoa humana, existindo um duplo dever constitucional do Estado na observância e efetivação dos desígnios constitucionais. A saúde não pode ser compreendida como um direito isolado, haja vista que possui uma estreita ligação com o direito à vida, vez que sem saúde, a existência/sobrevivência humana está sob constante ameaça.

Cabe ainda acrescentar que “a saúde se encontra entre os bens intangíveis mais preciosos do ser humano, digna de receber a tutela protetiva estatal, pois se consubstancia em característica indissociável do direito à vida” (ORDACGY, 2023).

Desta forma, observa-se que a vida humana está intimamente ligada à promoção da saúde, sendo, portanto, uma condicionante a efetividade do direito à vida e, a partir do reconhecimento deste direito como fundamental e sua previsibilidade constitucional, corroboram para melhoria nas relações sociais, desde que o conteúdo da norma constitucional se materialize no cotidiano de cada indivíduo através da prestação dos serviços públicos e/ou políticas públicas (ARANHA, 2000).

Nesta perspectiva, qualquer ato que contrarie as disposições constitucionais quanto à prestação do direito à saúde deve ser passível de responsabilização, haja vista ser um dever constitucional. Isto porque a constituição consiste na lei máxima e fundamental do estado, sendo um documento de natureza política, jurídica e social, cuja observância é obrigatória pelo Estado e pela sociedade, e ainda, o conteúdo das normas infraconstitucionais deve irradiar dos parâmetros contidos na norma constitucional.

Logo, na prestação dos serviços públicos voltados à efetividade do direito à saúde, a interpretação dos preceitos constitucionais deve buscar maior eficácia e efetividade, não se admitindo entendimento que confira supressão ou redução deste direito, sob pena de configurar em um ato de inconstitucionalidade.

Deve assentar-se no postulado de que todas as normas constitucionais são verdadeiras normas jurídicas e desempenham uma função útil no ordenamento. A nenhuma pode dar-se uma interpretação que lhe retire ou diminua a razão de ser. Mais: a uma norma fundamental tem de ser atribuído o sentido que mais eficácia lhe dê; a cada norma constitucional é preciso conferir, ligada a todas as outras normas, o máximo de capacidade de regulamentação. (HESSE, 1998, p. 109)

Pelo exposto, observa-se que não cabe ao Estado a adoção de uma análise discricionária sobre quais direitos fundamentais serão ofertados à sociedade, devendo realizar ações para conferir o fiel cumprimento dos seus deveres constitucionais.

Cabe ainda frisar que o modelo de saúde pública do Brasil não é custeado exclusivamente pelo Executivo Federal, sendo um encargo dos três níveis de governo, de modo que os estados e municípios não estão engessados as políticas públicas do Governo Federal, podendo implantar medidas que visam ampliar o acesso à saúde pública, atuando de forma subsidiária, de acordo com as suas particularidades locais.

### **3 ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES SOBRE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL NA PÁGINA DO INSTAGRAM IMPERATRIZ *ONLINE***

Este capítulo é destinado a apresentação dos resultados e discussões da pesquisa, que consistem na análise das notícias veiculadas pela página do Instagram Imperatriz *Online* sobre a saúde pública municipal de Imperatriz – MA e, nesse sentido, dado a subjetividade e a complexidade do estudo, adotou-se o método e a técnica da análise de conteúdo.

#### **3.1 Procedimentos Metodológicos**

Para alcançar os objetivos pré-determinados, estabelece-se uma metodologia que possibilite o desenvolvimento da problemática de forma coerente e concisa, fundando-se, para tanto, em obras de autores com nomes destacados como Bardin, Marconi e Lakatos.

Neste contexto, a presente pesquisa classifica-se da seguinte forma: qualitativa do tipo documental e exploratória. Desta forma, portanto, o presente estudo enquadra-se na conceituação de pesquisa científica.

A profundidade desta análise ganha os contornos de pesquisa qualitativa que, segundo Appolinário (2011, p. 159), “compreender um fenômeno em seu sentido mais intenso, (...) qualquer que seja o processo de coleta”.

Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2008, pp. 269-270) dispõem: “No método qualitativo as amostras são reduzidas, os dados são analisados em seu conteúdo psicossocial e os instrumentos de coleta não são estruturados”.

A escolha pela abordagem de cunho qualitativo se justifica na pretensão de realizar uma análise subjetiva da realidade vivenciada pela população imperatrizense quanto à prestação da saúde pública municipal, através das notícias veiculadas na página do Imperatriz *Online*, elementos estes que são característicos do método da análise de conteúdo.

Segundo leciona Bardin, a análise de conteúdo é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Observa-se que a partir do emprego do método da análise de conteúdo, se buscou a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados sociais e políticos contidos nas publicações analisadas, sendo estes procedimentos metodológicos típicos do processo de pesquisa qualitativa.

Nesta conjuntura, seguiu-se uma abordagem qualitativa, pois preocupou-se em identificar e interpretar os fatos geradores do problema, por meio de uma leitura crítica da realidade fática noticiada nas publicações da página *Imperatriz Online*.

A pesquisa ainda é do tipo documental e exploratório, visto que além de buscar uma compreensão aprofundada sobre a problematização delimitada, objetivou-se, também, descrever as raízes e os motivos ensejadores do problema.

Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 224), as pesquisas exploratórias “consistem em investigações baseadas na experiência e na observação, com a finalidade de desenvolver hipóteses, de ampliar o conhecimento de um ambiente ou de um fenômeno, de modificar ou de esclarecer conceitos”.

Gil corrobora que:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. (GIL, 2010, p. 27)

Neste diapasão, buscou-se conhecer e descrever de modo aprofundado o tema e, por fim, analisar as variáveis que possam surgir derivadas do fenômeno estudado, ou seja, a análise do conteúdo nas publicações sobre saúde pública municipal no *Imperatriz Online*, não se restringem aos elementos linguísticos e gramaticais dos textos jornalísticos, mas identificar e descrever o sentido exterior dessas notícias pautado no contexto social e político-administrativo vivenciado em Imperatriz – MA.

Como base no exposto, a pesquisa tem como objeto de estudo os textos digitais da página de notícias da rede social Instagram, o *Imperatriz Online*. O *Imperatriz Online* é uma página do Instagram criada em agosto de 2015 e é voltada para a

divulgação de conteúdos jornalísticos, informações, notícias e entretenimento sobre a cidade de Imperatriz e região, conforme apresentado na biografia da página.

Embora na cidade de Imperatriz existem outras páginas de Instagram voltadas para reprodução de conteúdo jornalísticos, a escolha do Imperatriz *Online* como universo de estudo repousa no fato da página Imperatriz *Online* se destacar entre as demais, haja vista que segue os critérios de notícia, busca adotar uma postura imparcial, sempre disponibilizando o direito de resposta, em especial em fatos de cunho sociopolítico e, tais qualificadas fazem do Imperatriz *Online* um notório exemplo de jornalismo não tradicional na região tocantina, inclusive como reconhecimento nacional:

Figura 1: Publicação 21 de Março de 2023.

**O GLOBO** | ASSINE | Buscar

## Imprensa independente dá voz a comunidades no Maranhão

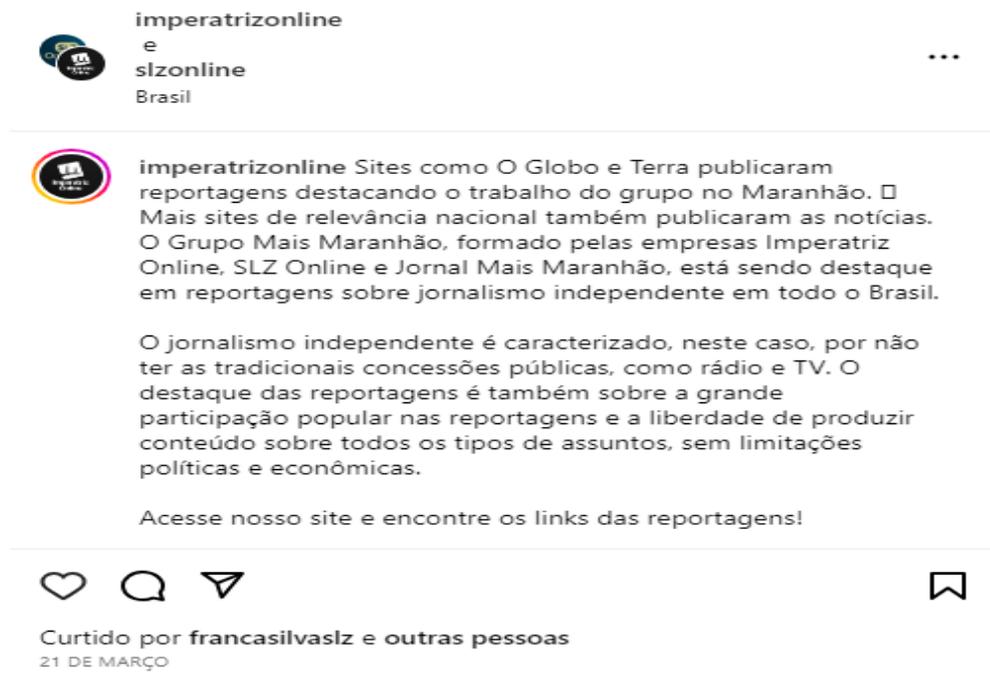
Jornalismo "não-tradicional" aposta em aproximação com população através da internet para levantar pautas e solucionar problemas sociais

terra | PRODUTOS > | M | W MUNDO DO MARKETING

**Imprensa independente dá voz a comunidades no Maranhão**  
Jornalismo "não-tradicional" aposta em aproximação com população através da internet para levantar pautas e

**Imprensa independente dá voz a comunidades no Maranhão**  
Jornalismo "não-tradicional" aposta em aproximação com população através da internet para levantar pautas e

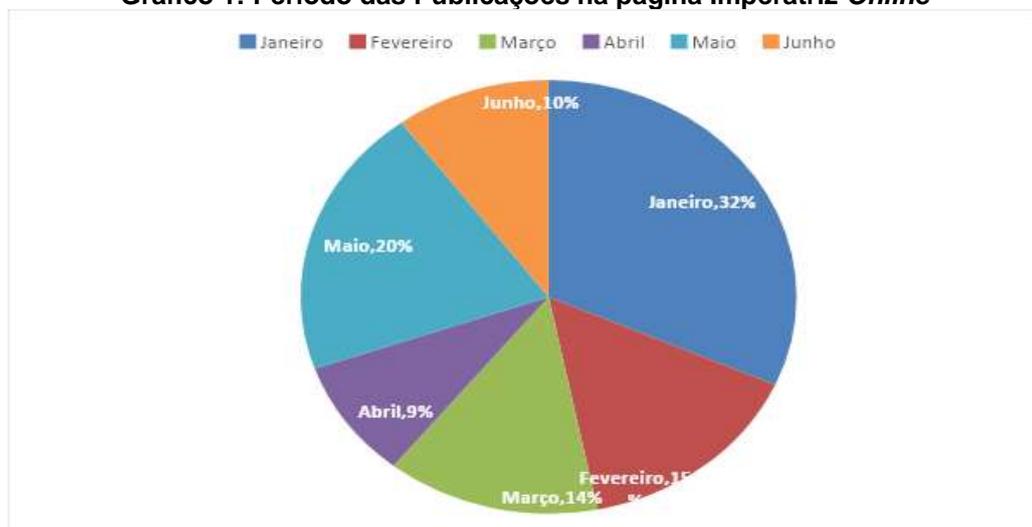
**Imperatriz Online, SLZ Online e Jornal Mais Maranhão são destaques em grandes Jornais NACIONAIS.**



Fonte: Instagram, Imperatriz *Online*.

As matérias selecionadas para análise de conteúdo foram as publicadas na página do Imperatriz *Online* no período de 01 de janeiro de 2023 a 30 de junho de 2023. No total, foram 158 postagens que abordam algum acontecimento relacionado a saúde pública do município, variando deste a denúncias da população, exercício do direito de resposta pelo Município de Imperatriz, dentre outros.

**Gráfico 1: Período das Publicações na página Imperatriz *Online***



Fonte: Instagram, Imperatriz *Online*.

O tratamento e interpretação dos dados coletados serão feitos mediante a análise de conteúdo qualitativo das informações adquiridas, associado a estrutura teórica dos materiais bibliográficos e, por fim, essa análise se deu através do método da análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é uma técnica de grande relevância para a construção das pesquisas de cunho social, haja vista que “analisa com profundidade a questão da subjetividade, ao reconhecer a não neutralidade entre pesquisador, objeto de pesquisa e contexto” (CARDOSO; OLIVEIRA; GHELLI, 2021, p. 100).

Por fim, segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo ocorre em três etapas: a pré-análise, em que o pesquisador seleciona os documentos a serem submetidos à análise e estabelece os objetivos da pesquisa; a segunda etapa é a análise do material; e por último ocorre o tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos dados.

### **3.2 Considerações acerca das mídias digitais de veiculação de notícias**

Na contemporaneidade, é evidente que o Jornalismo tradicional sofreu fortes impactos com o surgimento e, posteriormente, o aprimoramento das tecnologias da informação (TI), transformando drasticamente não só as formas de produção jornalística, mas, sobretudo, sua propagação através das mídias digitais.

Beal (2001, p. 02) afirma que: “O termo ‘tecnologia da informação’ serve para designar o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para a geração e uso da informação”. Isto é, a tecnologia da informação corresponde ao instrumento (mecanismo) tecnológico criado para gerenciar a informação.

Diferentemente, os sistemas de informação são o ramo científico destinado à administração da informação, valendo-se, inclusive para isso, do uso de tecnologias da informação. Observa-se que os sistemas de informação, por meio da coleta e gerenciamento de informações, a aplicam para uma determinada funcionalidade, como por exemplo, para propagação de notícias em larga escala.

Segundo O'Brien (2006, p. 06), os sistemas de informação “é um conjunto organizado de pessoas, dispositivos físicos (hardwares), procedimentos de processamento de informação (softwares), canais de comunicações (redes) e recursos de dados que coleta, transforma e dissemina informações”.

Neste contexto, a dinamização da informação pelos sistemas de informação tornou o processo de produção jornalística globalizado e metamórfico, em que a notícia é constantemente aprimorada e há uma interação em tempo real com o receptor (destinatário) da informação.

Diante dos constantes avanços tecnológicos, as tecnologias da informação são corriqueiramente aperfeiçoadas, acentuando a qualidade e segurança do gerenciamento e transmissão de informações, de modo que a utilização dos sistemas de informação exige dos instrumentos jornalísticos tradicionais uma reestruturação na sua forma de produção de notícias, a fim de adequasse às estas evoluções tecnológicas, tendo assim, a possibilidade atender as exigências de um público cada vez mais dinâmico e crítico (BRAGA, 2000).

É notório que os sistemas de informação e as tecnologias da informação são conceitos interligados, sem, necessariamente, corresponder a mesma coisa, conforme frisa Souza (2008, p. 06), transcrito: “tanto a tecnologia da informação, como os sistemas de informação, está intimamente ligada, sendo facilitadores para a geração e disseminação da informação, especialmente no contexto empresarial”.

Desta forma, cabe mencionar que a utilização dos sistemas de informação é bastante importante para traçar as estratégias e diretrizes jornalísticas em qualquer meio de comunicação, pois a coleta e análise prévia de informações possibilita a produção de uma notícia verídica e confiável.

Neste cenário, o foco deve repousar sobre o gerenciamento correto da informação, isto porque a tecnologia da informação é apenas o instrumento para o uso da informação. Cabe aos sistemas de informação determinar qual mecanismo e de que forma a informação será utilizada.

A partir desta concepção, O'Brien (2006, p. 07) analisa os sistemas de informação de forma fracionada. Isto porque, inicialmente, ele define o termo sistemas, conceituando-o como sendo “um grupo de componentes inter-relacionados que trabalham rumo a uma meta comum, recebendo insumos e produzindo resultados em um processo organizado de transformação”.

Posteriormente, O'Brien repousa sua análise para o termo informação, observando que a mesma consiste em um dado, um conhecimento fático sobre um determinado aspecto das relações sociais. A sobrevivência ou não de um meio de Comunicação Tradicional (no caso o Jornalismo impresso) é resultado de uma série de fatores, que abrange desde a sua capacidade competitiva a gestão organizacional

e gerencial na produção jornalística. E a administração de informações relativas ao uso de mídias digitais no mercado (O'BRIEN, 2006).

Para Laudon e Laudon:

Os sistemas de informação contêm informações sobre pessoas, locais e coisas significativas para a organização ou para o ambiente que a cerca. No caso, informação quer dizer dados apresentados em uma forma significativa e útil para os seres humanos. Dados, ao contrário, são correntes de fatos brutos que representam eventos que estão ocorrendo nas organizações ou no ambiente físico, antes de terem sido organizados e arranjados de uma forma que as pessoas possam entendê-los e usá-los. (LAUDON; LAUDON, 2006, p. 45)

É evidente que a implantação dos sistemas de informação vem ocasionando profundas mudanças na forma de produção e divulgação de notícias, de modo que muitos meios de comunicação vêm buscando adequar-se a esta nova realidade, mas, em contrapartida, muitos ainda mantêm sua forma tradicional de interação com o receptor, isto é, a veiculação de notícia via Jornalismo impresso.

Além disso, é indiscutível que os veículos de comunicação terão que investir em equipamentos tecnológicos, isto é, tecnologias da informação, para ter o suporte necessário para o manuseamento e administração diária e/ou mensais das informações e dados geridos pelos sistemas de informação, pois, conforme salienta Oliveira (2002, p. 37), “a informação é todo o dado trabalhado ou tratado, é o resultado da análise sobre os dados”.

Neste sentido, cabe frisar que essas mudanças não se restringem a produção de dados a serem feitos as matérias jornalísticas. Os sistemas de informação compreendem uma ferramenta operacional que reflete na forma de propagação, veiculação, transmissão da notícia, exigindo o conhecimento prévio na utilização de mídias digitais.

O início da manipulação dos dados para transformá-los em informação é manual, mas em determinado momento do processo, será indispensável o uso de uma tecnologia da informação, como softwares, por exemplo (GONÇALVES, 2006).

Finalizando a análise conceitual dos sistemas de informação, cabe destacar que os sistemas de informação correspondem a um instrumento que acopla diversos dados e os transforma em informações, valendo-se de meios tecnológicos para isso (tecnologias da informação) (GONÇALVES, 2006).

Através das tecnologias da informação, as mídias sociais possibilitam a construção de um jornalismo independente, em que há uma maior aproximação e, conseqüentemente, interação entre o interlocutor e o receptor das notícias. Além disso, vislumbra-se que a comunidade tem mais espaço para apresentar suas críticas, denúncias sobre as problemáticas vivenciadas.

### 3.3 Resultados e discussões

Ao longo das publicações, observa-se que as notícias apresentadas são redigidas através de discursos diretos e indiretos, especialmente, por meio da utilização das falas, denúncias apresentadas pela comunidade imperatrizense, isto porque o interlocutor redige as notícias escrevendo com as próprias palavras as denúncias, críticas apresentadas pelo cidadão comum (discurso indireto), enquanto que em outras postagens, há também o emprego discurso direto, caracterizado pela utilização de aspas.

Figura 2: Publicação do dia 02 de Janeiro de 2023.





**imperatrizonline** Uma mãe, que não quis ser identificada, denunciou na manhã de hoje (2) ao Imperatriz Online a falta de equipamentos para realizar exames no Hospital Municipal Infantil de Imperatriz (Socorrinho). Segundo a mulher, ela levou a filha, de 10 meses, ao Socorrinho com febre e outros sintomas, foi atendida por um médico, mas logo depois foi dispensada porque não teria como realizar os exames da filha no hospital infantil.

De acordo com a mãe, o médico lamentou a situação e informou que os equipamentos estariam com problemas técnicos e por isso não poderiam ser usados. A mulher afirma que não tem condições de pagar pelos exames na rede particular e optou fazer o tratamento da criança em casa. O Imperatriz Online entrou em contato com a prefeitura e aguarda uma resposta.

Acesse [Imperatriz.online](https://www.imperatrizonline.com.br)



445 curtidas  
2 DE JANEIRO



Fonte: Instagram, Imperatriz *Online*.

Pelo exposto, observa-se que o interlocutor da notícia indica de maneira indireta a denúncia de uma mãe, cuja filha não pode realizar exames médicos no Hospital Municipal Infantil, o Socorrinho, diante da indisponibilidade de equipamentos para a realização do atendimento da criança.

Através de discursos indiretos, o interlocutor (*Imperatriz Online*) forma o seu próprio discurso através da fala da pessoa que realiza a denúncia, evidenciado por meio da técnica de escrever com as próprias palavras aquilo que outra pessoa está dizendo, o chamado discurso indireto.

No discurso indireto, mesmo que não haja o emprego de índices que manifestam a fala não marcada, ou seja, o uso de aspas como ocorre no discurso indireto, observa-se que no texto da publicação é possível marca e localiza a fala do *Imperatriz Online* e a fala da entrevistada (mãe não identificada).

O emprego do discurso indireto é bastante utilizado nas diversas publicações que noticiam as problemáticas relacionadas a saúde pública em Imperatriz:

Figura 3: Publicação do dia 05 de Janeiro de 2023.



**Famílias de pacientes denunciam cadeira de banho amarrada com sacolas no Socorrã**

 **imperatrizonline**  
Imperatriz

 **imperatrizonline** Famílias de pacientes do Socorro estão denunciando a má qualidade da estrutura de uma cadeira de rodas usada para o banho dos pacientes no hospital. Segundo eles, a cadeira está amarrada com sacolas para ser usada, porque está quebrada.

Em dezembro do ano passado, o Imperatriz Online recebeu a mesma denúncia, mas o problema continua. Entramos em contato com a assessoria da prefeitura e aguardamos uma resposta sobre o assunto.

Mais detalhes no site [imperatriz.online](https://www.imperatriz.online)

Por: Lucas Aquino  
46 sem Ver tradução

 **josewillyampereira** Gente eu fico com raiva dessas postagens

**11.128 visualizações**  
5 DE JANEIRO

Fonte: Instagram, Imperatriz Online.

Figura 4: Publicação do dia 07 de Janeiro de 2023.



Fonte: Instagram, Imperatriz *Online*.

As três publicações apresentam a mesma problemática: a precariedade dos Hospitais Municipais de Imperatriz. Neste contexto, para fortalecer esta narrativa e, conseqüentemente, mobilizar a opinião pública sobre estes acontecimentos, o

interlocutor se utiliza do discurso indireto para retratar denúncias feitas por pessoas que necessitam de atendimento hospitalar e/ou estavam acompanhando familiares.

Transcendendo os aspectos linguísticos, embora retrate a mesma situação, a mecânica de construção do sentido é evidenciada no processo de semiotização de transformação, em que cada uma das publicações qualificam a problemática de maneira diferente: na primeira publicação utiliza-se a expressão “falta de equipamentos”, na segunda, a ênfase textual está na expressão “má qualidade da estrutura”, enquanto na última publicação, evidencia-se “condições da estrutura”. Todas essas expressões são utilizadas para caracterizar o Hospital Municipal Infantil (Figura 2) e o Hospital Municipal de Imperatriz.

Não se trata de um mero recurso linguístico ou gramatical para evitar redundância nos textos das publicações, mas uma ferramenta utilizada quando o interlocutor objetiva a construção do sentido, isto é, desenvolver uma narrativa de um contexto fático, oferecendo diversos detalhes.

Observa-se que as publicações das Figuras 2, 3 e 4 apresentam informações convergentes, destacando que elas são formadas por meio de informador plural. Neste sentido, os discursos são construídos no mesmo sentido, ao exteriorizar uma problemática social: a prestação da saúde pública municipal.

No entanto, quando o informador da publicação é a Prefeitura Municipal de Imperatriz e/ou a Secretaria Municipal de Saúde, observa-se que as informações são divergentes, vez que a Administração Pública sempre tende a negar as denúncias feitas pela população imperatrizense:

Figura 5: Publicação do dia 11 de Janeiro de 2023.

**NOTA**

**A Prefeitura de Imperatriz, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), explica que não é verdadeira a informação de que o aparelho de Raio X do Hospital Municipal de Imperatriz esteja quebrado. Ele está funcionando. A realidade, é que o exame solicitado não é realizado na rede municipal de saúde.**

 Imperatrizonline • [Seguir](#)  
Imperatriz

 imperatrizonline A prefeitura de Imperatriz negou por meio de nota as denúncias de que a máquina de raio-x do Hospital Municipal de Imperatriz está quebrada.

Segundo a nota da prefeitura, o exame de raio-x não é realizado na rede municipal de saúde. Na manhã de hoje, familiares de pacientes do hospital relataram que estava com dificuldade de fazer o exame devido o aparelho está quebrado.

 Arrasta pro lado e veja a nota 

Por Vanessa Carvalho  
25 sem Ver tradução

 clecianebatista81 Como assim, o exame não é realizado na rede municipal da saúde ? Sempre foi. 

25 sem 1 curtida Responder Ver tradução

 lleonardo.85 Alguém aqui já percebeu, quando aparece 

**625 curtidas**  
JANEIRO 11

 Adicione um comentário... [Publicar](#)

Fonte: Instagram, Imperatriz Online.

Figura 6: Publicação do dia 18 de Janeiro de 2023.



Fonte: Instagram, Imperatriz Online.

Realizando um comparativo entre as publicações das Figuras 2, 3 e 4 com as Figuras 5 e 6, há dois tipos de informador: o informador plural e o informador com notoriedade. Ao trazer as falas de cidadãos comuns sobre a saúde pública, o

informador é denominado como plural, pois as fontes da informação são variadas e, na medida em que elas convergem, há o que Charaudeau (2006, p. 53) chama de “confirmação da verdade”.

Já o informador com notoriedade é representado na figura da Prefeitura Municipal de Imperatriz e/ou na Secretaria Municipal de Saúde. O informador com notoriedade é caracterizado por ser uma pessoa e/ou órgão público que, diante da posição social não esconde informações de utilidade pública, assim as informações disponibilizadas por um informador com notoriedade possui uma credibilidade prévia, o efeito de verdade, ainda que relativa, pois nada impede que o informador com notoriedade distorça ou manipule informações, ou que as mesmas sejam contestadas.

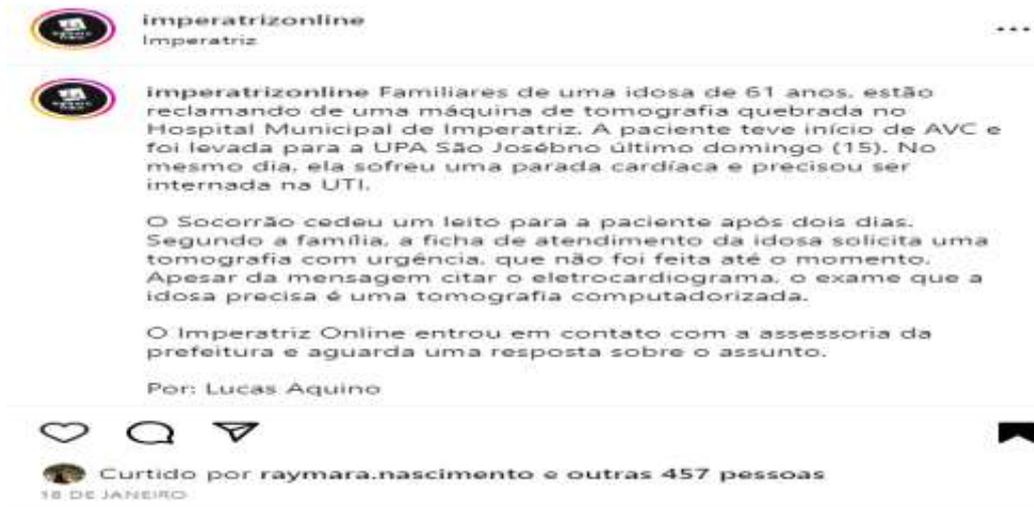
Neste sentido, há o que Charaudeau chamada de negação do discurso:

A negação igualmente se expressa para além das marcas linguísticas, em diversos atos de fala, como a recusa, o segredo, a desculpa, a polidez, o arrependimento, o insulto etc. Na medida em que ela procede do questionamento de uma afirmação de verdade, ela é, por definição, interativa e intersubjetiva: interativa, porque é preciso que seja enunciado, por parte de outro sujeito falante, um discurso concorrente; intersubjetiva, porque ocorre o encontro de duas enunciações diferentes. O que gera um duplo movimento de contestação e defesa. A negação funda a controvérsia. (CHARAUDEAU, 2006, p.53)

É o que se observa nas publicações de 18 e 20 de janeiro de 2023, que divergem da informação divulgada pela Prefeitura Municipal de Imperatriz e a Secretaria Municipal de Saúde:

**Figura 7: Publicação do dia 18 de Janeiro de 2023.**





Fonte: Instagram, Imperatriz Online.

Figura 8: Publicação do dia 20 de Janeiro de 2023.



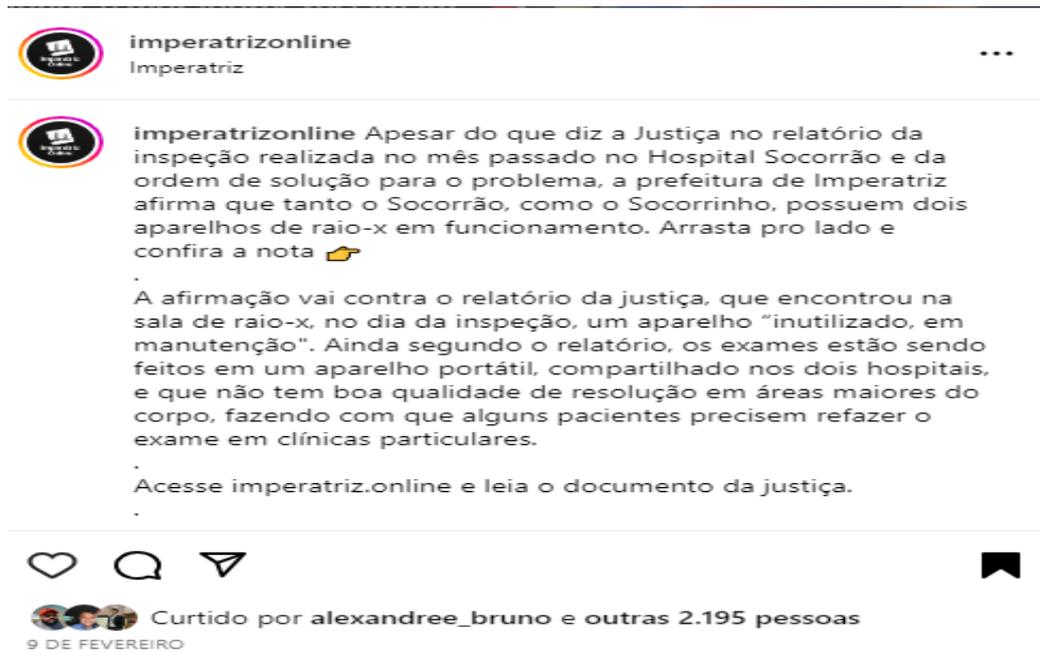
Fonte: Instagram, Imperatriz Online.

Diante disso, destaca-se que a Prefeitura Municipal de Imperatriz e a Secretaria Municipal de Saúde se enquadram na categoria de informador com notoriedade, mas há a divergência de informações quando comparadas com as informações fornecidas pelo cidadão comum (Figura 7 – informador plural) e pelo Poder Judiciário (Figura 8 – informador com notoriedade).

Neste contexto, o receptor da notícia deve promover o confronto de informações para que ele próprio construa sua opinião e verdade sobre os fatos. Ou ainda, segundo os ensinamentos de Charaudeau (2006), uma vez comprovada a falsidade da informação fornecida por um informador com notoriedade, ele perde seu *status* de credibilidade, de confiabilidade.

**Figura 9: Publicação do dia 09 de Fevereiro de 2023.**





Fonte: Instagram, Imperatriz *Online*.

Pela Figura 9, observa-se que o Imperatriz *Online* não desqualifica o informador com notoriedade de forma direta, mas ele molda os efeitos da verdade para o receptor da notícia, na medida em que ele construiu o discurso através de outros discursos (heterogeneidade do discurso), mesclando informações de informador plural e informador com notoriedade, para que o leitor formule sua própria verdade consensual.

No entanto, é perceptível que os cidadãos imperatrizenses, na qualidade de informador plural, são utilizados para a mecânica de construção do sentido. Neste contexto, é importante mencionar que 56% das publicações sobre saúde pública no período de janeiro a junho de 2023, a informação é concedida por informador plural. Assim, no processo de semiotização de transformação, os cidadãos imperatrizenses são utilizados para narrar e descrever a prestação dos serviços de saúde pública municipal, conforme publicações a seguir.

Figura 10: Publicação do dia 03 de Março de 2023.



**Paciente reclama sobre condições de leito no hospital Socorrão**

 imperatrizonline  
Imperatriz

 imperatrizonline Uma paciente do Hospital Socorrão afirmou que decidiu ir para casa após ser internada no hospital, devido às más condições do leito, que segundo ela, estava com o colchão rasgado e sem higienização. A mulher disse, que chegou a passar a reclamação aos funcionários do hospital e a pedir uma cadeira, mas nada foi feito.

O Imperatriz Online encaminhou a reclamação à Secretaria Municipal de Saúde e aguarda resposta.

Por Valéria Cristina  
[#Maranhao](#) [#noticia](#) [#Imperatriz](#)  
38 sem Ver tradução

 Curtido por alexquirino91 e outras 1.760 pessoas  
3 DE MARÇO

Fonte: Instagram, Imperatriz Online.

Figura 11: Publicação do dia 05 de Abril de 2023.



Fonte: Instagram, Imperatriz *Online*.

Desta forma, fica evidente que no tocante ao plano enunciativo do discurso, o Imperatriz *Online*, ao utilizar o informador plural nas suas publicações, mostra de maneira direta a intenção de influenciar o receptor da notícia, construindo um só discurso através de vários discursos, qual seja: a saúde pública municipal de Imperatriz é precária, ineficiente.

Figura 12: Publicação do dia 18 de Abril de 2023.



Fonte: Instagram, Imperatriz Online.

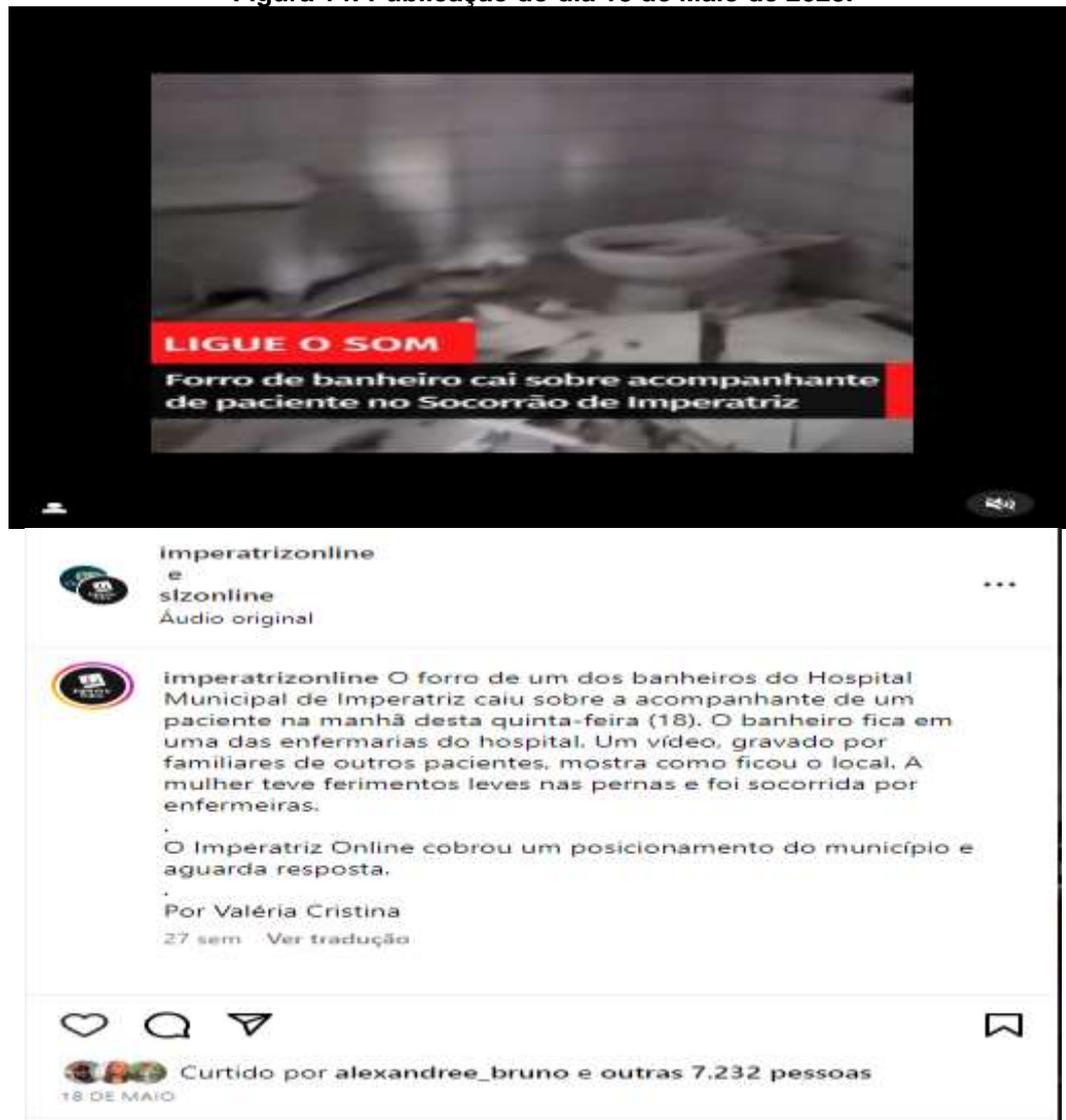
Já com relação ao plano enunciativo da história, este também se encontra presente em diversas publicações na amostragem deste estudo. A título de exemplo, destaca-se das publicações do dia 19 de fevereiro, 18 e 19 de maio, que tratam do mesmo fato: o desabamento do forro de um dos banheiros do Hospital Municipal de Imperatriz:

Figura 13: Publicação do dia 19 de Fevereiro de 2023.



Fonte: Instagram, Imperatriz Online.

Figura 14: Publicação do dia 18 de Maio de 2023.



Fonte: Instagram, Imperatriz Online.

Figura 15: Publicação do dia 19 de Maio de 2023.



Fonte: Instagram, Imperatriz Online.

Pelas publicações acima, fica evidente o plano enunciativo da história por meio do uso de verbos no pretérito, indicando a ocorrência dos fatos no passado. Essa marcação do tempo é perceptível pelo emprego do verbo “*caiu*” e pela expressão “*na manhã desta quinta-feira*” (Figura 13).

Já na Figura 14, o plano histórico é evidenciado através dos verbos “*pronunciou*” e “*recebeu*”, bem como na expressão “*na manhã de ontem*”. No entanto, é importante mencionar que na Publicação do dia 18 de abril (Figura 13), o plano

enunciativo da história é empregado pelo Imperatriz *Online* para convergir no discurso apresentado em publicações anteriores, que abordaram as péssimas condições quanto a infraestrutura do Hospital Municipal de Imperatriz, tanto é que ele utiliza somente o informador plural (cidadão comum) como fonte da informação. Somente no dia seguinte aos fatos, é que há a publicação em que a Prefeitura Municipal de Imperatriz (informador com notoriedade) se pronuncia sobre os fatos. Cabe ainda mencionar que, diferentemente do ocorrido em outras publicações, não há divergências de informações entre as publicações do dia 18 e 19 de abril, haja vista que a Administração municipal se limita a confirmar a informação anteriormente passada (desabamento do forro) e apresenta a solução (a presença da equipe de manutenção e atendimento médico a pessoa atingida pelo forro).

Assim, a informação das publicações das Figuras 13, 14 e 15 modula o efeito de verdade, norteando o leitor a entender que a infraestrutura do Hospital Municipal de Imperatriz precária e, conseqüentemente, coloca em risco a integridade física dos pacientes e seus acompanhantes, de modo a necessitar de melhorias e reparos estruturais no prédio.

Quando a informação do informador plural converge com a informação do informador com notoriedade, esses informadores transmitem o efeito de verdade através de dois tipos de grau de engajamento: fala que não há contestação, haja vista ser de um órgão público; a fala do cidadão comum, em que o engajamento é pelo modo de convicção.

Apesar das publicações do Imperatriz *Online* analisadas no primeiro semestre de 2023 serem de caráter informativo, e não opinativo, é perceptível que há a construção *saberes de crença*, na medida em que descrevem a situação dos problemas enfrentados pela população imperatrizense no tocante a saúde pública municipal, assim, o saber de crença se manifestou por apresentar situações recorrentes, revelando um discurso uniforme.



população (heterogeneidade do discurso). Fica evidente que a informação sobre o mesmo fato muda de sentido de acordo com a posição de quem as emprega, demonstrando que o leitor module o efeito de verdade com base nas suas próprias convicções.

No tocante à natureza do saber, os saberes de conhecimento das publicações caracterizam-se por serem existenciais, evenemenciais e explicativos. Destaca-se que, das 158 publicações analisadas neste estudo, apenas uma publicação é caracterizada com natureza do saber existencial, sendo ela uma postagem datada de 27 de janeiro de 2023:

Figura 17: Publicação do dia 27 de Janeiro de 2023.



Fonte: Instagram, Imperatriz *Online*.

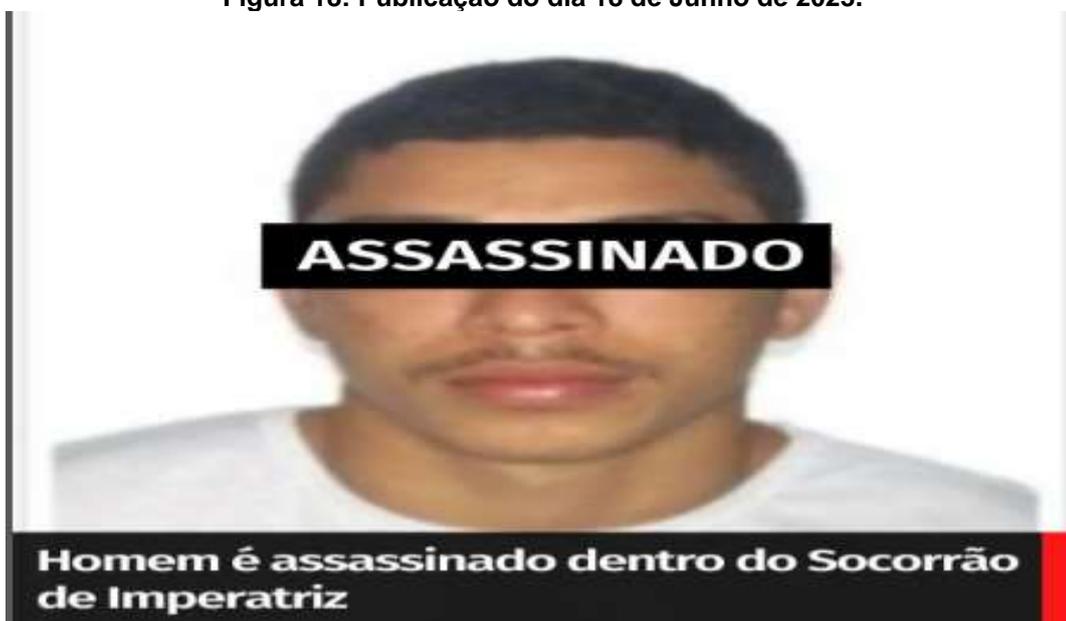
Observa-se que a publicação de 27 de janeiro de 2023 (Figura 17) se trata de um discurso de caráter investigativo e editorial, em que o veículo se posiciona diante das denúncias da população. Neste contexto, o Imperatriz *Online* apresenta uma pequena nota direcionada à Prefeitura Municipal de Imperatriz.

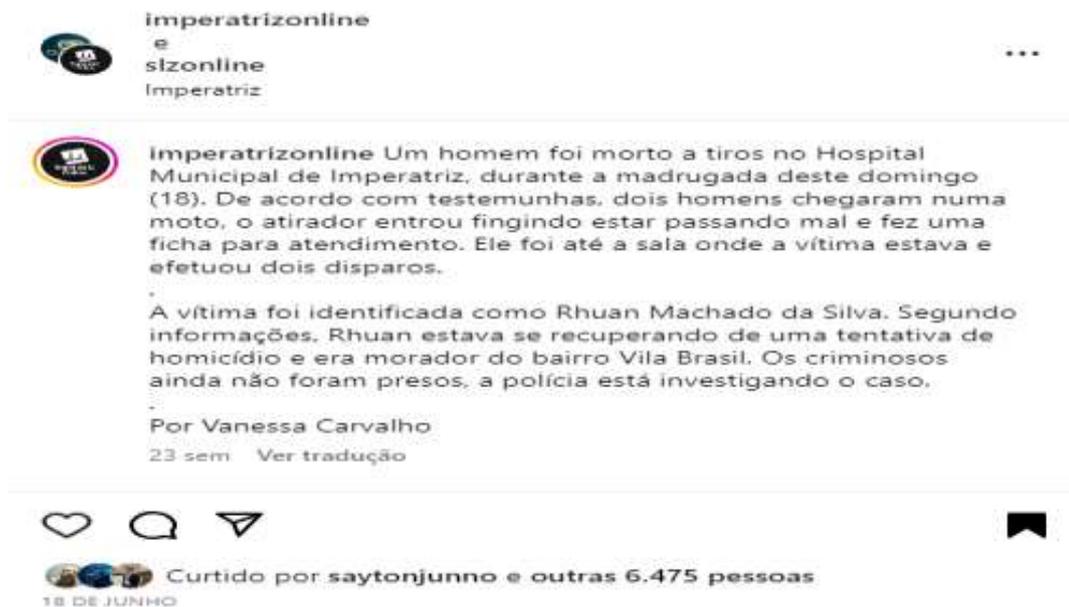
Neste contexto, é importante mencionar os ensinamentos de Bill Kovach e Tom Rosenstiel acerca dos princípios do jornalismo:

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
  2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
  3. Sua essência é a disciplina da verificação.
  4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
  5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
  6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.
  7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
  8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
  9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência.
- (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 22-23)

O texto, quanto a natureza do saber, é classificado como existencial, haja vista que o Imperatriz *Online* faz referência a diversas outras publicações por ele postadas, em que traz as denúncias da população imperatrizense sobre a saúde pública municipal, assim, o interlocutor localiza o assunto abordado dentro das próprias publicações e indica a utilização de vários informadores plurais.

**Figura 18: Publicação do dia 18 de Junho de 2023.**



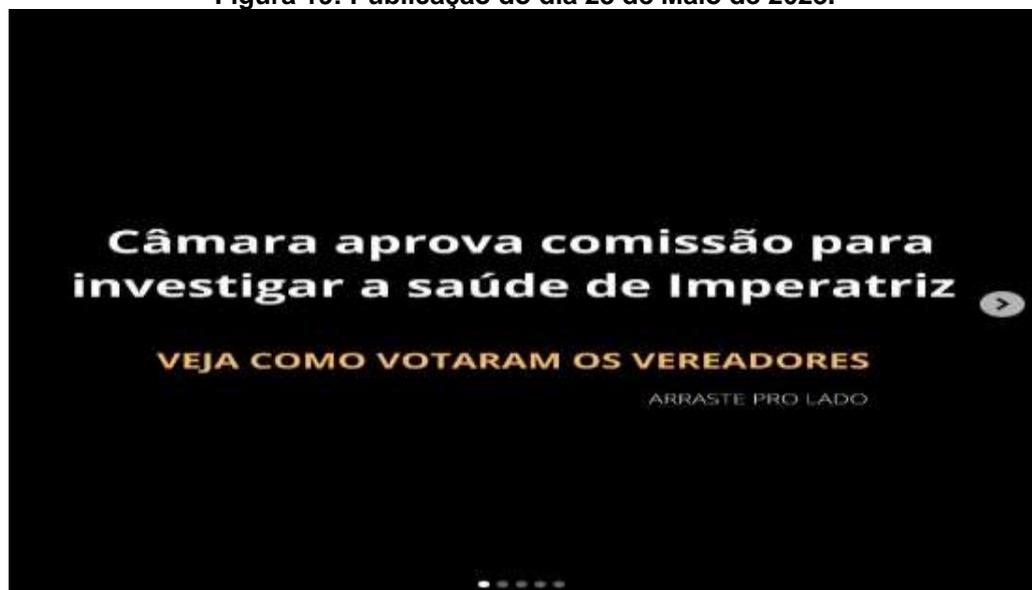


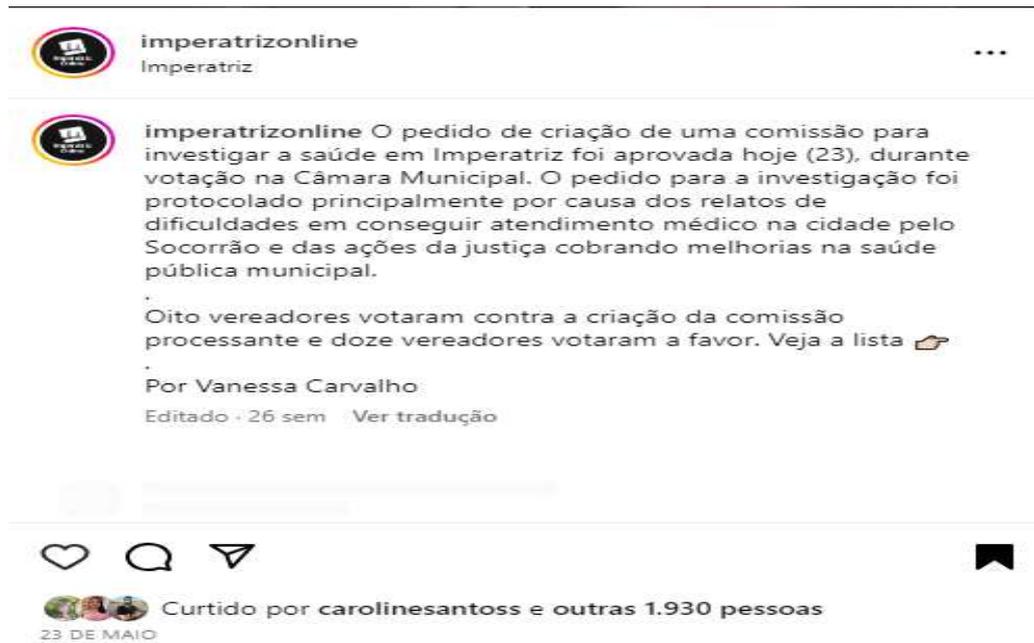
Fonte: Instagram, Imperatriz *Online*.

Um exemplo de natureza do saber evenemencial encontra-se na publicação do dia 18 de junho de 2023 (Figura 18), sendo assim caracterizada por descrever a situação do homicídio ocorrido dentro do Hospital Municipal de Imperatriz. E ainda, é explicativo, haja vista que apresenta as razões da vítima está internada no hospital no momento do homicídio.

Outro exemplo da natureza do saber explicativa são as notícias relacionadas a instauração de uma Comissão Processante pela Câmara Municipal de Imperatriz:

Figura 19: Publicação do dia 23 de Maio de 2023.





Fonte: Instagram, Imperatriz *Online*.

E explicativos quando, na publicação, foi descrito o porquê do pedido de instauração de uma comissão para investigar a saúde pública de Imperatriz. Também o texto da publicação de 23 de maio de 2023 (Figura 19) preocupa-se em explicar o motivo que levou à aprovação da comissão, que é as inúmeras denúncias da população, coadunadas com ações judiciais cobrando melhorias por parte da Prefeitura Municipal de Imperatriz e da Secretaria Municipal de Saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo realizado, lança-se mão das reflexões no tocante às análises de conteúdo realizadas neste trabalho.

Primeiramente, ao estudar as publicações da página do Instagram Imperatriz *Online* sobre notícias relacionadas a saúde pública, percebeu-se uma uniformidade no discurso, na medida em que mesmo apresentando diversos informadores, que no caso são cidadãos que usufruem dos serviços médicos e hospitalares ofertados na rede municipal de saúde, os discursos apresentados nas notícias caminham em um mesmo sentido, trazem uma mesma ideia: precariedade do serviço.

Nestas publicações, observou-se em sua maioria a heterogeneidade do discurso, uma vez que as mesmas se utilizam de diversas fontes, para embasar aquilo que é noticiado, especialmente por meio do discurso indireto.

A página de notícias utiliza bastante índices delimitadores da localização do próprio discurso, utilizando expressões (disse, segundo ele ou ela, para ele, afirma e etc.) que denotam a pluralidade de informadores, sendo muitos deles com notoriedade.

Portanto, estas publicações, embora não possuam caráter opinativo e sim, informativo, é perceptível a intenção do interlocutor em construir uma narrativa incontestável sobre os problemas da saúde pública municipal, pois, mesmo quando se apresenta explicações e defesas por parte dos órgãos competentes (Prefeitura e Secretaria de Saúde), logo em seguida as denúncias são endossadas com novas publicações.

Diante disso, conclui-se que os discursos produzidos pela página de notícias Imperatriz *Online* têm como objetivo mobilizar a opinião popular sobre os problemas existentes na rede pública de saúde do município, dando voz a comunidade para que ela possa apresentar seus anseios, críticas e cobranças às autoridades constituídas.

Neste contexto, é evidente que o discurso jornalístico nestas publicações tem a finalidade de construir uma narrativa pautada em múltiplos informadores, na medida em que a fonte da informação são denúncias apresentadas por diversos cidadãos comuns que necessitam do acesso à saúde pública municipal.

Embora exista o espaço de defesa para o órgão municipal, o processo de construção de sentido utiliza como mecanismo para moldar a verdade ao leitor o da

uniformidade de informações, visto que diferentes informadores convergem no mesmo sentido quanto a percepção da problemática noticiada, ao passo que o discurso sempre apresenta a mesma ideia: a precariedade na prestação de serviços na saúde pública municipal.

Apesar das publicações do Imperatriz *Online* analisadas possuírem caráter informativo, e não opinativo, a forma como as notícias foram veiculadas construíram saberes de crença, uma vez que ao noticiar as problemáticas da saúde pública, criou-se uma narrativa, um discurso uniforme sobre a prestação deste serviço público na cidade de Imperatriz, cuja veracidade da informação é legitimada pelo emprego do discurso indireto e na apresentação de situações recorrentes.

## REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ARANHA, Marcio Iorio. **Interpretação constitucional e as garantias institucionais dos direitos fundamentais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAL, Adriana. **Introdução à gestão de tecnologia da informação**. 2001. Disponível em: <[http://www.2beal.org/ti/manuais/GTI\\_INTRO.PDF](http://www.2beal.org/ti/manuais/GTI_INTRO.PDF)>. Acesso em: jun. 2023.

BERLINGUER, Giovanna. **Medicina e política**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

BRAGA, Ascensão. **A gestão da informação**. 2000. Disponível em: <[http://www.ipv.pt/millennium/19\\_arq1.htm](http://www.ipv.pt/millennium/19_arq1.htm)>. Acesso em: jun. 2023.

BRANDÃO, Helena Nagamine. "Enunciação e construção do sentido" in FIGARO, Rosali (org.) **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: jun. 2023.

BUSS, Paulo Mariorchi. Promoção da saúde e qualidade de vida. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.

CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. In: **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.98-111/2021.

CARVALHO, Antônio Ivo de. Da saúde pública às políticas saudáveis: saúde e cidadania na pós- modernidade. In: **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 1, n. 1, p. 104-121, 1996.

CARVALHO, Dimitre Braga Soares de. **Direito de Família e Direitos Humanos**. CL EDIJUR: Leme/SP, 2012.

CASTELLANOS, Pedro Luís. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida: considerações conceituais. In: BARATA, R. B (Org.). **Saúde e movimento: condições de vida e situação de saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. tradução Angela S.M Corrêa - São Paulo: Contexto, 2006.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica. In: **História, Ciências e Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 315-330, maio-ago. 2002.

CONILL, Eleonor. Epidemiologia e sistemas de saúde. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE (Org.). **Direito Sanitário e Saúde Pública**. Brasília, Distrito Federal, 2003.

CURY, Ieda Tatiana. **Direito fundamental à saúde: evolução, normatização e efetividade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

DALLARI, Suely. O direito à saúde. In: **Revista Saúde Pública**, n. 22, p. 57-63, São Paulo: 1988.

DESCARTES, René. Filósofo francês, em sua obra: **Discurso sobre o método**. Rio de Janeiro: Simões, 1952.

DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 3 ed. Editora Positiva, 2007.

ENGELS, Friedrich. Filósofo alemão, em sua obra: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1986.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias**. 2 ed. São Carlos, SP. Claraluz, 2007.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas (Mal-Estar nas Civilizações)**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XXI.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

-

GONÇALVES, Leandro Salenave. **Sistema de informações gerenciais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2006.

HESSE, Konrad. **Elementos de direito constitucional da República Federativa da Alemanha**. Tradução de Luiz Afonso Heck. Porto Alegre: SAFE, 1998.

HIPPOCRATE. De l'ancienne médecine. In: **Littérature et Oeuvres complètes d'Hippocrate**. Paris: J. B. Bailliere, 1839. v. 1.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. Geração Editorial: São Paulo, 2003.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informações gerenciais: administrando a empresa digital**. Tradução Arlete Simile Marques. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LEAVELL, Hugh; CLARK, Gurney. **Medicina preventiva**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

LECOURT, Dominique. **Para uma crítica epistemológica**. Lisboa. Assírio & Alvim Editores, 1980.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito constitucional: curso de direitos fundamentais**. 3 ed. São Paulo: Método, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, Eugenio Vilaça. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo, Hucitec, 1996.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Atlas, 2002.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**, adotada pela Conferência Internacional de Saúde, realizada em Nova Iorque de 19 a 22 de julho de 1946.

ORDACGY, André da Silva. **A tutela de direito de saúde como um direito fundamental do cidadão**. Disponível em: <[http://www.dpu.gov.br/pdf/artigos/artigo\\_saude\\_andre.pdf](http://www.dpu.gov.br/pdf/artigos/artigo_saude_andre.pdf)>. Acesso em: jun. 2023.

REVISTA SAÚDE E MEIO AMBIENTE. **Intersectorialidade**. OPAS/2004.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. Civitas – In: **Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005.

SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim P. **Teoria do gatekeeping: construção e seleção da notícia**. Tradução: Vivian Nickel; revisão técnica: Marcia Benetti. - Porto Alegre: Penso, 2011.

SOUZA, Marcelo Silva. **A utilização da TI como ferramenta para atuar na estação organizacional**. 2008. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?>>. Acesso em: jun. 2023.